



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 98/2007

Regime de urgência

RECEBIDO EM: 2 de julho de 2007.

Nº DO PROJETO: 98/2007

SÚMULA: Declara de utilidade pública municipal a Associação Central dos Produtores de Pato Branco.

Sede: Rua Caramuru, 271, Pato Branco – Reny Girardi de Lima, Presidente)

AUTOR: Nelson Bertani – PDT

LEITURA EM PLENÁRIO: 2 de fevereiro de 2007

DISTRIBUÍDO ÀS COMISSÕES EM: 9 de julho de 2007.

JUSTIÇA E REDAÇÃO: Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB

POLÍTICAS PÚBLICAS: Volmir Sabbi – PT

ORÇAMENTO E FINANÇAS: Guilherme Sebastião Silverio – PMDB

Conforme determina o artigo 28, inciso XII, do Regimento Interno desta Casa de Leis este projeto de lei foi **arquivado em janeiro de 2009**.

“Art. 28 - Compete à Mesa da Câmara entre outras atribuições:

XII - determinar, no início da legislatura, o arquivamento de proposições não apreciadas na legislatura anterior;”



Protocolo Geral - 31-Mar-2008 - 14:23 - 001899 1/1
Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

Exma. Sr^a.

Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, **Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na condição de relator da Comissão de Políticas Públicas, para o projeto de lei nº 98/2007, de autoria do vereador Nelson Bertani – PDT, que declara de utilidade pública municipal a Associação Central dos Produtores de Pato Branco, requer seja oficiado ao autor do projeto solicitando que o mesmo providencie os seguintes documentos:

- documento certificando que a entidade não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria;
- relatório de atividades;
- atestado de que seus diretores e conselheiros fiscais sejam portadores de íntima conduta e idoneidade moral;
- balanço patrimonial;
- declaração de isenção de imposto de renda.

*Ata atualizada
diretoria*

A solicitação se faz para que após apresentação dos documentos acima citados, a matéria possa seguir sua regimental tramitação.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 31 de março de 2008.


Marco Antonio Augusto Pozza
Vereador – PMDB



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

Valmir Tasca

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na condição de relator da Comissão de Orçamento e Finanças para o projeto de lei nº 98/2007, de autoria do vereador Nelson Bertani – PDT, que declara de utilidade pública municipal a Associação Central dos Produtores de Pato Branco, requer seja oficiado ao autor do projeto solicitando que o mesmo providencie os seguintes documentos:

- documento certificando que a entidade não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria;
- relatório de atividades;
- atestado de que seus diretores e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral;
- balanço patrimonial;
- declaração de isenção de imposto de renda.

A solicitação se faz para que após apresentação dos documentos acima citados, a matéria possa seguir sua regimental tramitação.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 9 de julho de 2007.

Guilherme Sebastião Silverio
Vereador – PMDB



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo.Sr.

Valmir Tasca

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

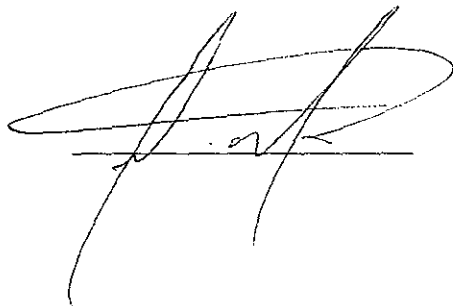
Os vereadores infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 176 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requerem seja dada tramitação em regime de urgência ao projeto de lei nº 98/2007, de 2 de julho de 2007, de autoria do vereador Nelson Bertani – PDT, que declara de utilidade pública municipal a Associação Central dos Produtores de Pato Branco.

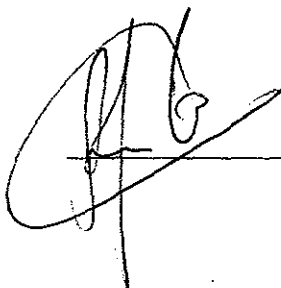
A solicitação da tramitação em regime de urgência faz-se necessária porque com a declaração de utilidade pública municipal a entidade poderá encaminhar os projetos da compra direta através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 2 de julho de 2007.


Nelson Bertani - PDT







Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2007

Pretende o ilustre Vereador autor do Projeto de Lei em epígrafe, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para declarar de utilidade pública municipal a “**ASSOCIAÇÃO CENTRAL DOS PRODUTORES DE PATO BRANCO**”, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, em Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 04.003.405/0001-34.

Com a declaração de utilidade pública terá a referida entidade condições de pleitear recursos em órgãos e esferas governamentais, objetivando implementar as finalidades consignadas em seu estatuto social.

Verificando as informações e documentos acostados ao Projeto de Lei em apreço, constatamos que a referida entidade atende parcialmente aos requisitos estipulados na Lei nº 2.340, de 1º de junho de 2004, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública no Município de Pato Branco, **restando o cumprimento das disposições consignadas nos incisos III (não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria), IV (relatório de atividades), V (atestado de que seus diretores e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral), VII (balanço patrimonial) e VIII (declaração de isenção de imposto de renda).**

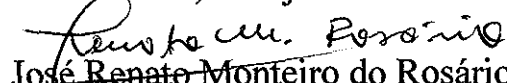
Do estatuto social anexo, constata-se que a referida entidade tem por finalidade, dentre outras, a defesa da dignidade e interesse dos produtores rurais.

Os eventuais recursos (auxílios) a serem pleiteados pela aludida sociedade civil junto a municipalidade, após obtenção da declaração de utilidade pública, dependerá de expressa previsão orçamentária e disponibilidade financeira, para serem deferidos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Feitas essas considerações, após supridas as exigências legais, estará a matéria em condições de seguir sua regimental tramitação.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 6 de julho de 2007.


José Renato Monteiro do Rosário - Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR



Protocolo Geral - 02-Jul-2007 - 13:03-000001-1/1
Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

EXMO. SR.

VALMIR TASCA

DD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

O Vereador infra-assinado, **NELSON BERTANI – PDT**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita o apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 98/2007

Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Central dos Produtores de Pato Branco.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Central dos Produtores de Pato Branco, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 04.003.405/0001-34, com sede na Rua Caramuru, nº 271, em Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º - A entidade referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o exercício anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2007.

Nelson Bertani – Vereador PDT
PROPONENTE

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO - ACPB
ESTATUTO SOCIAL



ASSOCIAÇÃO CENTRAL DOS PRODUTORES DE
PATO BRANCO

A. C. P. B.

PATO BRANCO - PR

7

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E OBJETIVOS.



Art. 1º - A Associação Central, terá sigla ACPB fundada em 26 de junho de 2000 tem por sede a cidade de Pato Branco - PR, o fórum na comarca de Pato Branco, estado do Paraná, é uma sociedade civil, de duração indeterminada, que congrega associações de produtores rurais com sede no município de Pato Branco - PR.

Art. 2º. A ACPB reger-se-á pelo presente estatuto social de leis que lhe forem aplicáveis, tendo como objetivos:

I - Construir-se como órgãos de representação das associações de agricultores rurais, filiadas e quites com a ACPB junto aos órgãos públicos e outras instituições.

II - Promover o assessoramento junto às associações de produtores rurais filiadas quando de sua constituição, administração e planejamento de suas atividades.

III - Promover o desenvolvimento comunitário através de realização de obras de melhoramento, com recursos próprios obtidos por doação ou empréstimos.

IV - Proporcionar melhorias no convívio entre os habitantes da sua área de abrangências, através da integração de suas filiadas.

V - Promover atividades assistenciais diretamente ou através de colaboração de instituições filantrópicas.

VI - Defender os interesses dos agro pecuarista em todos os assuntos referentes a produção, comercialização da safra e comercialização de produtos transformados ou com valor agregado dos agricultores associados às associações filiadas.

VII - Organizar a compra de insumos, máquinas, equipamentos, produtos domésticos e outros, necessários às atividades agropecuárias dos agricultores associados às associações filiadas.

VIII - Promover o desenvolvimento integrado da agropecuária através da diversificação de culturas e explorações, buscando o aumento da produtividade e renda das propriedades.

IX - Coordenar e gerir os fundos de avais dos projetos de créditos de seus associados.

Barbieri José Rios

R

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO – ACPB
ESTATUTO SOCIAL



Art. 3 – A ACPB será dirigida pelos seguintes órgãos.

- I – Assembleia geral
- II – Diretoria executiva
- III – Conselho fiscal

Parágrafo 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo serão de decisão da assembleia geral

Parágrafo 2º - É vedado o exercício acumulativo de cargos.

Parágrafo 3º para alcançar seus objetivos a ACPB poderá fazer convênios e filiar-se a outras entidades, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CAPÍTULO II
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 4 A assembleia geral é órgão da ACPB sendo constituídas por todas as suas filiadas em pleno exercício de seus direitos.

I - A Assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação da diretoria executiva ou mediante requerimento de um terço (1/3) de suas filiadas em pleno exercício de seus direitos.

II – A convocação da assembleia geral será feita através de edital. Afixado na sede da ACPB e de suas filiadas e publicado nos veículos de comunicação do município, com antecedência de quinze (15) dias.

III – A assembleia geral reunir-se-á para deliberar:

- a) Em primeira convocação com a presença de dois terços (2/3) das filiadas em pleno exercício de seus direitos.
- b) Em segunda convocação, meia hora após, com a presença da maioria simples das filiadas.

Parágrafo único: Não havendo maioria simples em segunda convocação, será marcada nova assembleia:

Lauro José Pires

9

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO - ACPB
ESTATUTO SOCIAL

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 5 - A Assembléia geral ordinária reunir-se-á até o final do mês de Janeiro de cada ano para deliberar sobre:

- I - prestação de contas e aprovação do balanço geral do ano anterior.
- II - Eleição da diretoria executiva e do Conselho Fiscal.
- III - Aprovação do orçamento e do plano anual de trabalho.
- IV - Outros assuntos de interesse da ACPB - desde que expressamente no edital de convocação.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 6 - Compete exclusivamente à assembléia geral extraordinária:

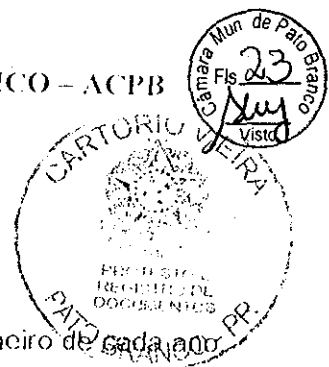
- I - Promover a reforma do estatuto social.
- II - Destituir e eleger, a qualquer tempo, membros da diretoria executiva e do conselho fiscal.
- III - Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias, bem como constituir garantias que se fizeram necessárias.
- IV - Autorizar a alienação de bens obsoletos e sem utilidade.
- V - Outros assuntos de interesse da ACPB desde que expressamente citados no Edital de convocação.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 7 - A Diretoria Executiva é composta pelo Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos pela Assembléia geral dentre os representantes das filiadas em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos.

Lauri José Rios



7

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO - ACPB
ESTATUTO SOCIAL

podendo serem reeleitos por até mais 2 (dois) mandatos, com rodizio de cargos ou não, desde que cada eleição haja renovação de (1/3) um terço de seus membros.

Art. 8 – A Diretoria Executiva reunir-se-á a cada 03 (três) meses ou extraordinariamente sempre que as circunstâncias, por convocação do Presidente.

Art. 9 – Compete à Diretoria Executiva:

I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, Regimento interno e outros Regulamentos aprovados pela Assembléia Geral.

II – Acolher a quaisquer reclamações das filiadas.

III – Estipular o valor das contribuições sociais, sendo que as mesmas deverão ser aprovadas pela Assembléia Geral.

IV – Executar o plano de trabalho anual da ACPB.

V – Elaborar até a data da Assembléia Geral Ordinária o balanço geral e o relatório de atividades do exercício findo, bem como o plano de trabalho do próximo ano com seu respectivo orçamento.

VI – Aprovar o quadro de pessoal Administrativo da ACPB e avaliar as propostas de admissão de novas filiadas, que serão levadas à aprovação da Assembléia Geral.

VII – Suspender, a pedido ou por motivos relevantes, filiadas do quadro social, devendo tal atitude ser avaliada na próxima Assembléia Geral.

VIII – Convocar Assembléia Geral.

IX – Interpretar o presente estatuto social e decidir sobre os casos omissos.

Art. 10 – Compete ao Presidente:

I – Zelar pelo patrimônio físico e moral da ACPB.

II – Representar a ACPB ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

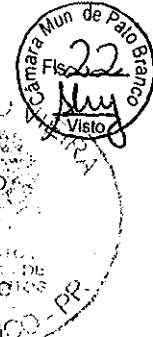
III – Alienar, mediante aprovação da assembléia geral, bens já não necessários ou obsoletos de ACPB.

IV – Realizar mediante aprovação da Assembléia Geral, contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias.

V – Receber doações em nome da ACPB e encaminhar os seguintes respectivos registros em livro próprio.

VI – Examinar e assinar com o 1º Tesoureiro os balancetes mensais e o Balanço geral.

Lauro José Reis



A

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO – ACPB
ESTATUTO SOCIAL



VII – movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o 1º Tesoureiro ou procurador oficial estabelecido.

VIII – Assinar juntamente com o 1º Secretário, as correspondências e expedientes da ACPB.



Art. 11 – Compete ao Vice-Presidente:

I – Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, ou em caso de afastamento até o fim de seu mandato.

Art. 12 – Compete ao 1º Secretário:

I – Organizar e arquivar todos os documentos da secretaria da ACPB.

II – Assinar com o Presidente as correspondências da ACPB.

III – Substituir o Vice Presidente em suas ausências e/ou impedimentos.

Art. 13 – Compete ao 2º Secretário:

I – Substituir o 1º Secretário em suas ausências ou impedimentos

Art. 14 – Compete ao 1º Tesoureiro:

I – Responder pela guarda de valores e títulos de ACPB.

II – Movimentar as contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente ou procurador.

III – Elaborar e apresentar os balancetes mensais e o balanço anual.

IV – Assinar, com o Presidente os balancetes mensais, balanço anual e contrato de empréstimos.

V – Organizar documentos e efetuar cobranças da ACPB.

VI – Substituir o 2º Secretário em suas ausências e/ou impedimentos.

Art. 15 – Compete ao 2º Tesoureiro:

I – Auxiliar e substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências e/ou impedimentos.

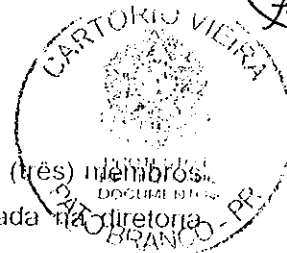
CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Gaure José Reis

9

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO - ACPB
ESTATUTO SOCIAL



Art. 16. – O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, cada um representando uma filiada que não esteja representada na diretoria executiva, com mandato de 2 (dois) anos, podendo haver reeleição de (1/3) um terço de seus membros em cada eleição.

I – O Conselho Fiscal elegerá dentre seus membros o coordenador e Secretário.

II – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

III – Deliberará validamente com a presença do Conselho Fiscal por duas reuniões consecutivas coerente, será excluído de sua função.

V – No afastamento ou demissão de um dos membros do Conselho fiscal será eleito um novo membro em assembleia geral extraordinária.

Art. 17 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Fiscalizar todos os movimentos financeiros da ACPB quer de receitas ou de despesas.

II – Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação vigente, estão em ordem, atualizados e bem guardados.

III – Fazer relatórios circunstanciados de quaisquer perícias levadas ao conhecimento, encaminhando-os ao Presidente da diretoria executiva.

IV – Examinar a procedência dos motivos alegados pela diretoria Executiva para recusar o pedido de inscrição de novas filiadas, e atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativas das próprias filiadas.

V – Examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer, assinado por todos os seus membros, que será levado à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

CAPÍTULO V

DAS FILIADAS

Lauro José Reis

[Handwritten mark]

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO - ACPB
ESTATUTO SOCIAL.

Art. 18 - Serão filiadas à ACPB as associações de produtores que tenham sede no município de Pato Branco - PR e que atendam os seguintes requisitos.

I - Manifestem desejo de vincular-se à ACPB preenchendo proposta de inscrição apresentando a ata da Assembleia Geral que aprovou o ingresso, com lista de todos os associados, nome e CPF.

II - Tenham seu pedido de inscrição aprovada pela ACPB em Assembleia Geral.

III - Pagarem a contribuição correspondente a 600 kg de milho comercial, considerado a preço médio do dia, a título de jôia.

Parágrafo Único: As filiadas pagarão uma taxa para cobrir despesas administrativas da ACPB correspondente a 1% (um por cento) do valor das compras e vendas efetuadas por cada filiada.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DAS FILIADAS

Art. 19 - As filiadas quites com a tesouraria da ACPB e em pleno gozo de seus direitos que lhe assegura, no estatuto terão assegurados:

I - O direito de votar e ser votado nas eleições para ocupar cargos nas Diretorias Executivas ou no Conselho Fiscal.

II - Usufruir de todos os serviços e projetos oferecidos pela ACPB.

III - Recorrer de qualquer decisão de Diretoria Executiva à Assembleia Geral.

IV - Participar de qualquer promoção levada à efeito pela ACPB.

V - Apresentar sugestões que venham de encontro ao desenvolvimento e interesses de ACPB.

VI - Um terço (1/3) das filiadas quites com suas obrigações com a ACPB terão direito de convocar Assembleia Geral extraordinária, quando o presidente não tiver interesse de convocá-la.

Art. 20 - As filiadas têm as seguintes obrigações:

Lauri José Pires

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO - ACPB
ESTATUTO SOCIAL



I - Cumprir e zelar pelo cumprimento do estatuto social da ACPB bem como do regimento interno e regulamentos aprovados pela Assembleia Geral.

II - Exercer cargo para os quais seus delegados tenham sido eleitos, exceto em casos de impedimento justificado.

III - Colaborar com as iniciativas e projetos da ACPB.



Art. 21 - A filiada que de alguma forma infringir as disposições estatutárias e regimentais da ACPB - ficará sujeita aos seguintes critérios de diretoria executiva.

I - Advertência, sempre por escrito em caráter reservado.

II - Suspensão de um a dois meses, em caso de reincidência nas infrações punidas por advertência.

III - Exclusão em caso de reincidência na infração que motivou a pena de suspensão.

Parágrafo 1º - As penalidades de que trata este artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recursos à Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo e nem isentará a filiada de suas obrigações para com a ACPB.

Art. 22 - O prazo para a readmissão da filiada que se demitir da ACPB ou que por ela tenha sido demitida, será de um ano e será aprovada pela Assembleia Geral, a

associação de produtores que se retirar por pedido próprio, ficará um ano afastada da central.

CAPÍTULO VII
DAS ELEIÇÕES

Art. 23 - A eleição para membros da diretoria executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

Art. 24 - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples de votos dos delegados presentes na assembleia geral.

Lauro José Reis

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO – ACPB
ESTATUTO SOCIAL



Art. 25 - Toda e qualquer filiada em dia com a ACPB poderá apresentar chapa para concorrer às eleições, desde que cada filiada esteja representada por um único delegado na chapa.

Art. 26 - O registro da chapa completa será aceito até 1 (uma) hora antes de iniciar a Assembléia Geral.



Parágrafo único: Para inscrever-se determinada chapa deverá conter os nomes dos candidatos, os cargos pretendidos, a assinatura de todos os candidatos que será apresentada ao presidente da ACPB que fará seu registro e a considerará apta para concorrer.

Art. 27: O voto será exercido individualmente por cada um dos delegados das filiadas em pleno gozo de seus direitos, não sendo admitido voto por representação ou procuração.

Art. 28 - Os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal tomarão posse após a Proclamação do resultado da eleição.

Art. 29 - Os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e os suplentes não terão qualquer remuneração, para exercerem os respectivos cargos.

Art. 30 - São delegados no Art. 27 o Presidente e mais um membro da Diretoria.

CAPÍTULO VIII
DO PATRIMÔNIO

Art. 31 - Os recursos da ACPB são constituídos de:

I - Contribuições pagas pela filiadas e associadas que participam das atividades e projetos.

II - Doações e subvenções públicas e privadas.

III - Produtos resultantes da venda de bens gerados pelo trabalho dos associados das filiadas.

IV - Outras receitas geradas pela prestação de serviços da ACPB aos agricultores associados às filiadas ou terceiros.

V - A ACPB deverá manter um livro próprio para registro patrimonial, atualizado constantemente e sempre à disposição para consulta das filiadas e do conselho fiscal.

Lauro José Rios

9

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO – ACPB
ESTATUTO SOCIAL



Art. 32 – O Patrimônio da ACPB será constituído de bens e valores de qualquer natureza, doados ou por ela adquiridos.

Art. 33 – Em caso de dissolução da ACPB o seu patrimônio será doado às filiadas, dividido proporcionalmente ao número de associados que estejam atuando nos projetos e em pleno gozo de seus direitos.

Art. 34 – A extinção da ACPB se dará por decisão das filiadas em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Art. 35 – A filiada que se demitir ou que for excluída não terá direito a ressarcimento correspondente ao patrimônio existe na ACPB.



CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36- As filiadas que ingressarem até 30 de Setembro de 2000 são consideradas fundadoras e integralizaram valor correspondente a 120 (cento e vinte) kg de milho comercial, a título de jóia. A partir desta data a jóia será de 600 (seiscentos) quilos de milho comercial, valor correspondente ao preço médio do dia na praça de Pato Branco PR.

Parágrafo Único – As filiadas pagarão uma taxa para cobrir as despesas da ACPB cujo o valor será de 1% (um por cento) sobre o montante das compras e vendas efetuadas através da central.

Art. 37 – O exercício financeiro da ACPB inicia em 1º de Janeiro e finaliza em 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 38 – Para cada uma das atividades setoriais da ACPB será criada uma comissão composta pelas filiadas e elaborado um regulamento que para ter validade deverá ser aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 39 – Este Estatuto Social poderá ser reformado no todo ou em parte, mediante de liberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária convocada e especialmente para essa finalidade.

Art. 40 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral agindo de acordo com a Legislação vigente e os princípios que nortearam a ACPB no decorrer de sua existência.

Art. 41 – Em caso de dissolução da Associação, seus bens móveis e imóveis serão destinados a entidades filantrópicas a ser designada em Assembleia Geral Extraordinária de dissolução.

Laure José Reis

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES DE PATO BRANCO – ACPB
ESTATUTO SOCIAL



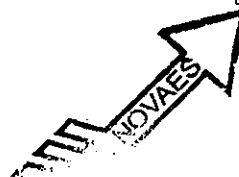
Art. 42 – O presente Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada nesta data.

Pato Branco, 10 de outubro de 2.008.



Samir Jase Pias

Lauri José Rios
Presidente.



OFICIO DE NOTAS DE PATO BRANCO
Rua TAPAJOS 50-14632-25-PA
Secundario a(s) Oficiais(s) de
CONSERVACAO LAURY JOSE RIOS
por SEMELHANCA
Em testemunho
PATO BRANCO 30 de Outubro de 2010
ACR007-ADRI
Tel. 15223061600/2000

~~MARIA GORITI SBEHEN~~
~~ABYOGADA / OAB/PR 18733~~



CARTÓRIO DE PROTESTO E REGISTRO TÍTULOS DOC. DE PESSOAS JURÍDICAS
 RUA GUACU, 478 - SALA 405/6 - TELEFAX: (048) 225-2455 - CEP 85501-270 - PATO BRANCO - PR
 TABELIA: ABEGAIL VIEIRA SAMARA

Protocolado e Microfilmado sob nº 0044850
Registrado sob nº 0001040/03 - Livro A
Pato Branco, 06 de novembro de 2008

Jaqueline Samara
Jaqueline Samara - Oficial Substituta



REGISTRO

Comarca de Pato Branco - Pr

Ao Cartório de Títulos e Documentos

Registro Nº 0001040/03 Livro Nº 03

Em 30 OUT. 2008

DIRSO ANTONIO VERONESI TRIBUIR
 DISTRIBUIDOR

Nº CNV69154

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



Contribuinte,


Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.003.405/0001-34	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/08/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CENTRAL DOS PRODUTORES DE PATO BRANCO - A. C. P. B.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO R CARAMURU	NÚMERO 271	COMPLEMENTO SALA	
CEP 85.501-060	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATO BRANCO	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/08/2000	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

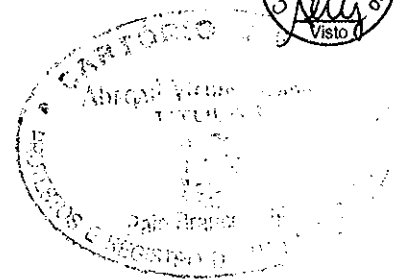
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia **28/06/2007** às **14:01:50** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

 Preparar página para impressão

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
[Atualize sua página](#)



ESTATUTO

DA

**ASSOCIAÇÃO CENTRAL DOS PRODUTORES DE
PATO BRANCO**

A . C . P . B.

PATO BRANCO – PR.

CARTÓRIO VIHRA
REGISTRO DE IMÓVEIS E TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
DOCUMENTOS E REGISTRO DE IMÓVEIS

PA
BRANCO

16-08-2000

Abegon Viñira - Pato Branco - PR
Jaqueline Simão - Maria Cristina Felske - Escreventes
R. Iguaçu, 176 - 4º And. - Sala 405 - CCI
Tel. (040) 225-2455 - Pato Branco, PR

MARIA CRISTINA FELSKE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E OBJETIVOS.

Art. 1º – A Associação central, terá sigla ACPB fundada em 26 de junho de 2000 tem por sede a cidade de Pato Branco – PR e fórum na comarca de Pato Branco, estado do Paraná, é uma sociedade civil, de duração indeterminada, que congrega associações de produtores com sede no município de Pato Branco – PR .

- Art. 2º – A ACPB reger-se-á pelo presente estatuto social de leis que lhe forem aplicáveis, tendo como objetivos:

I – Construir-se como órgãos de representação das associações de agricultores rurais, filiadas e quites com a ACPB junto aos órgãos públicos e outras instituições.

II – Promover o assessoramento junto às associações de produtores rurais filiadas quando de sua constituição, administração e planejamento de suas atividades.

III – Promover o desenvolvimento comunitário através de realização de obras de melhoramento, com recursos próprios obtidos por doação ou empréstimos.

IV – Proporcionar melhorias no convívio entre os habitantes da sua área de abrangências, através da integração de suas filiadas.

VI – promover atividades assistências diretamente ou através de colaboração de instituições filantrópicas.

VII – Defender os interesses dos agro pecuarista em todos os assuntos referentes a produção, comercialização da safra e comercialização de produtos transformados ou com valor agregado dos agricultores associados às associações filiadas.

VIII – Organizar a compra de insumos, máquinas, equipamentos, produtos domésticos e outros, necessários às atividades agropecuárias dos agricultores associados às associações filiadas.

IX – Promover o desenvolvimento integrado da agropecuária através da diversificação de culturas e explorações, buscando o aumento da produtividade e renda das propriedades.

X – Coordenar e gerir os fundos de avais dos projetos de créditos de seus associados.

Art. 3 – A ACPB será dirigida pelos seguintes órgãos.

- I – Assembléia geral
- II – diretoria executiva
- III – conselho fiscal

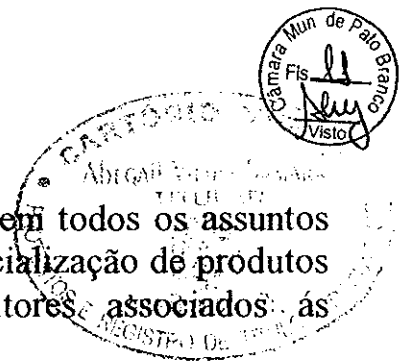
Parágrafo 1º – O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos oragos referidos neste artigo serão de decisão da assembléia geral.

Parágrafo 2º – É vedado o exercício acumulativo de cargos. Ressalvada a participação de assembléia geral.

Parágrafo 3º – para alcançar seus objetivos a ACPB poderá fazer convênios e filiar-se a outras entidades, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 4 – a assembléia geral é órgão supremo da ACPB sendo constituídas por todas as suas filiadas em pleno exercício de seus direitos.



I – A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação da diretoria executiva ou mediante requerimento de um terço (1/3) de suas filiadas em pleno exercício de seus direitos.

II – A convocação da assembléia geral será feita através de edital. Afixado na sede da ACPB e de suas filiadas e publicado nos veículos de comunicação do município, com antecedência de quinze (15) dias.

III – A assembléia geral reunir-se-á para deliberar:

- a) Em primeira convocação com a presença de dois terços (2/3) das filiadas em pleno exercício de seus direitos.
- b) Em segunda convocação, meia hora após, com a presença da maioria simples das filiadas.

Parágrafo único: Não havendo maioria simples em segunda convocação, será marcada nova assembléia geral.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 5 – A Assembléia geral ordinária reunir-se-á até o final do mês de Janeiro de cada ano, para deliberar sobre:

I – prestação de contas e aprovação do balanço geral do ano interior

II – Eleição da diretoria executiva e do Conselho Fiscal.

III – Aprovação do orçamento e do plano anual de trabalho

IV – Outros assuntos de interesse da ACPB - desde que expressamente no edital de convocação.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 6 – Compete exclusivamente à assembléia geral extraordinária:



I – Promover a reforma do estatuto social

II – Destituir e eleger, a qualquer tempo, membros da diretoria executiva e do conselho fiscal.

III – Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias, bem como constituir garantias que se fizeram necessárias.

IV – Autorizar a alienação de bens obsoletos e sem utilidade.

V - Outros assuntos de interesse da ACPB desde que expressamente citados no Edital do convocação.

CAPÍTULO III – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 7 – A Diretoria Executiva é composta pelo Presidente, vice-Presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º Tesoureiro e 2º tesoureiro, eleitos pela Assembléia geral dentre os representantes das filiadas em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos, podendo serem reeleitos por até mais 1 (um) mandato, com rodízio de cargos ou não, desde cada eleição haja renovação de (1/3) um terço de seus membros.

Art. 8 – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada 1 (um) mês ou extraordinariamente sempre que as circunstâncias, por convocação do Presidente.

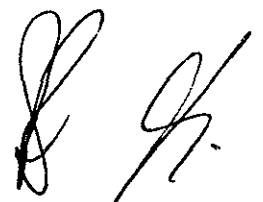
Art. 9 – Compete à Diretoria Executiva:

I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, Regimento interno e outros Regulamentos aprovados pela Assembléia Geral.

II – Acolher a quaisquer reclamações das filiadas

III – Estipular o valor das contribuições sociais, sendo que as mesmas deverão ser aprovadas pela Assembléia Geral.

IV – Executar o plano de trabalho anual da ACPB.





V – Elaborar até a data da Assembléia Geral Ordinária o balanço geral e o relatório de atividades do exercício findo, bem como o plano de trabalho do próximo ano com seu respectivo orçamento.

VI – Aprovar o quadro de pessoal Administrativo da ACPB e Avaliar as propostas de admissão de novas filiadas, que serão levadas à aprovação da assembléia Geral.

VII – Suspender, a pedido ou por motivos relevantes, filiadas do quadro social, devendo tal atitude ser avaliada na próxima Assembléia Geral.

VIII – Convocar Assembléia Geral.

IX – interpretar o presente estatuto social e decidir sobre os casos omissos.

Art. 10 – Compete ao presidente

I – zelar pelo patrimônio físico e moral da ACPB.

II – Representar a ACPB ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

III – Alienar, mediante aprovação da assembléia geral, bens já não necessários ou obsoletos de ACPB.

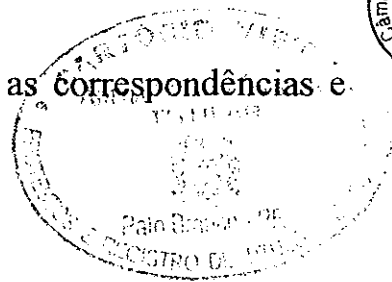
IV – Realizar mediante aprovação da Assembléia Geral, contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias.

V – Receber doações em nome da ACPB e encaminhar os seguintes respectivos registros em livro próprio.

VI – Examinar e assinar com o 1º Tesoureiro os balancetes mensais e o Balanço geral.

VII – Movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o 1º tesoureiro ou procurador oficialmente estabelecido.

VIII – Assinar juntamente com o 1º Secretário, as correspondências e expedientes da ACPB.



Art. 11 – Compete ao vice-presidente:

I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, ou em caso de afastamento até o fim de seu mandato.

Art. 12 – Compete ao 1º Secretário:

I – Organizar e arquivar todos os documentos da secretaria da ACPB

II – Assinar com o presidente as correspondências da ACPB.

III – substituir o vice-presidente em suas ausências e/ou impedimentos.

Art. 13 – Compete ao 2º secretário

I – Substituir o segundo secretário em suas ausências ou impedimentos.

Art. 14 – Compete ao 1º Tesoureiro

I – responder pela guarda de valores e títulos de ACPB.

II – Movimentar as contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente ou procurador.

III – Elaborar e apresentar os balancetes mensais e o balanço anual

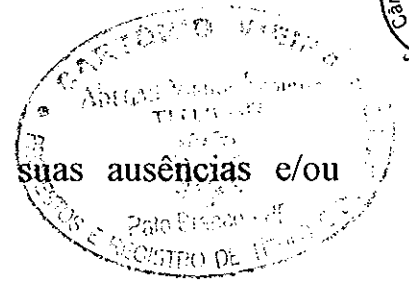
IV – Assinar, com o Presidente os balancetes mensais, balanço anual e contrato de empréstimos.

V – Organizar documentos e efetuar cobranças da ACPB.

VI – Substituir o 2º secretário em suas ausências e/ou impedimentos.

Art. 15 – Compete ao 2º Tesoureiro:

I – Auxiliar e substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências e/ou impedimentos.



CAPITULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 16 – O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, cada um representando uma filiada que não esteja representada na diretoria executiva, com mandato de 2 (dois) anos, podendo haver reeleição de (1/3) um terço de seus membros em cada eleição.

I – O Conselho Fiscal elegerá dentre seus membros o coordenador e secretário.

II – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

III – Deliberará validamente com a presença de pelo menos três conselheiros, convocados pelo coordenador

IV – Havendo ausência de um dos membros do Conselho Fiscal por duas reuniões consecutivas, sem justificativa coerente, será excluído de sua função.

V – No afastamento ou demissão de um dos membros do Conselho Fiscal será eleito um novo membro em assembléia geral extraordinária.

Art. 17 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Fiscalizar todos os movimentos financeiros da ACPB quer de receitas ou de despesas.

II – Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação vigente, estão em ordem, atualizados e bem guardados.

III – Fazer relatórios circunstanciados de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-os ao Presidente da diretoria executiva.

IV – Examinar a procedência dos motivos alegados pela diretoria Executiva para recusar o pedido de inscrição de novas filiadas, e atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativas das próprias filiadas.

V – Examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer, assinado por todos os seus membros, que será levado a apreciação da Assembléia Geral Ordinária.

CAPITULO V - DAS FILIADAS

Art. 18 – serão filiadas à ACPB as associações de produtores que tenham sede no município de Pato Branco – PR e que atendam os seguintes requisitos:

I – Manifestem desejo de vincular-se à ACPB preenchendo proposta de inscrição, apresentando a ata da Assembléia Geral que aprovou o ingresso, com lista de todos os associados, nome e CPF.

II – Tenham seu pedido de inscrição aprovada pela ACPB em Assembléia Geral.

III – Pagarem a contribuição correspondente a 600 kg de milho comercial, considerado a preço médio do dia, a título de jóia.

Parágrafo único: As filiadas pagarão uma taxa para cobrir despesas administrativas da ACPB correspondente a 1% (um por cento) do valor das compras e vendas efetuadas por cada filiada.

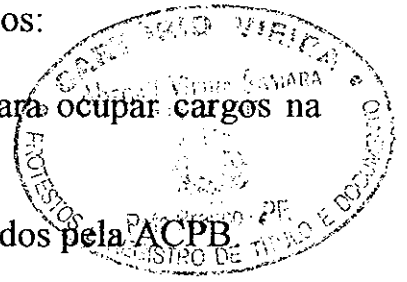
CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DAS FILIADAS



Art. 19 – As filiadas quites com a tesouraria da ACPB e em pleno gozo de seus direitos que lhe assegura, no estatuto terão assegurados:

I – O direito de votar e ser votada nas eleições para ocupar cargos na Diretorias Executiva ou no Conselho Fiscal



II – Usufruir de todos os serviços e projetos oferecidos pela ACPB.

III - Recorres de qualquer decisão de Diretoria Executiva à Assembléia Geral.

IV – Participar de qualquer promoção levada à efeito pela ACPB.

V – Apresentar sugestões que venham de encontro ao desenvolvimento e interesses de ACPB.

VI – Um terço (1/3) das filiadas quites com suas obrigações com a ACPB terão direito de convocar assembléia geral assembléia geral extraordinária, quando o presidente não tiver interesse de convoca-la.

Art. 20 – As filiadas tem as seguintes obrigações:

I – Cumprir e zelar pelo cumprimento do estatuto social da ACPB bem como do regimento interno e regulamentos aprovados pela Assembléia Geral.

II – Exercer cargo para os quais seus delegados tenham sido eleitos, exceto em casos de impedimento justificado.

III – Colaborar com as iniciativas e projetos da ACPB.

Art. 21 – A filiada que de alguma fora infringir as disposições estatutárias e regimentais da ACPB - ficará sujeita as seguintes a critério de diretoria executiva:

I – Advertência, sempre por escrito em carater reservado.

II – Suspensão de um a dois meses, em casa de reincidência nas infrações punidas por advertência.

III – Exclusão em caso de reincidência na infração que motivou a pena de suspensão.

Parágrafo 1º – As penalidades de que trata este artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recursos à Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo e nem isentará a filiada de suas obrigações para com a ACPB.

Art. 22 – O prazo para a readmissão da filiada que se demitir da ACPB ou que por ela tenha sido demitida, será de um ano e será aprovada pela Assembleia Geral, a associação de produtores que se retirar por pedido próprio, ficará um ano afastada da associação central.

CAPÍTULO - VII DAS ELAIÇÕES

Art. 23 – A eleição para membros da diretoria executiva e do Conselho Fiscal dar se á por votação direta e secreta.

Art. 24 – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples de votos dos delegados presentes na assembléia geral.

Art. 25 – Toda e qualquer filiada em dia com a ACPB poderá apresentar chapa para concorrer as eleições, desde que cada filiada esteja representada por um único delegado na chapa.

Art. 26 – O registro de chapa completa será aceito até 1 (uma) hora antes de iniciar a Assembleia Geral.

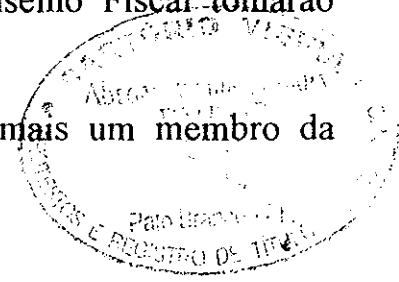
Parágrafo único – Para inscrever-se determinada chapa deverá conter os nomes dos candidatos, os cargos pretendidos, a assinatura de todos os candidatos que será apresentada ao presidente da ACPB que fará seu registro e a considerará apta para concorrer.

Art. 27 - O voto será exercido individualmente por cada um dos delegados das filiadas em pleno gozo de seus direitos, não sendo admitido voto por representação ou procuração.



Art. 28 – Os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal tomarão posse logo após a Proclamação do resultado da eleição.

Art. 29 – São delegados no Art. 27 o Presidente e mais um membro da Diretoria.



CAPÍTULO VIII - DO PATRIMONIO

Art. 30 – Os recursos da ACPB são constituídos de:

I – Contribuições pagas pelas filiadas e associadas que participam das atividades e projetos.

II – Doações e subvenções publicas e privadas.

III – Produtos resultantes da venda de bens gerados pelo trabalho dos associados das filiadas.

IV – Outras receitas geradas pela prestação de serviços da ACPB aos agricultores associados às filiadas ou terceiros.

V – a ACPB deverá manter um livro próprio para registro patrimonial, atualizado constantemente e sempre à disposição para consulta das filiadas e do conselho fiscal.

Art. 31 – O Patrimônio da ACPB será constituído de bens e valores de qualquer natureza, doados ou por ela adquiridos.

Art. 32 – Em caso de dissolução da ACPB o seu patrimônio será doado às filiadas, dividido proporcionalmente ao numero de associados que estejam atuando nos projetos e em pleno gozo de seus direitos.

Art. 33 – A extinção da ACPB se dará por decisão das filiadas em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Art. 34 – A filiada que se demitir ou que for excluída não terá direito a ressarcimento correspondente ao patrimônio existente na ACPB.



CAPITULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS



Art. 35 – As filiadas que ingressarem até 30 de Setembro de 2000 são consideradas fundadoras e integralizaram valor correspondente a 120 (cento e vinte) kg de milho comercial, a título de jóia. A partir desta data a jóia será de 600 (seiscentos) quilos de milho comercial, valor correspondente ao preço médio do dia na praça de Pato Branco – Pr.

Parágrafo único – As filiadas pagarão uma taxa para cobrir as despesas da ACPB cujo o valor será de 1% (um por cento) sobre o montante das compras e vendas efetuadas através da central.

Art. 36 – O exercício financeiro da ACPB inicia em 1º de Janeiro e finaliza em 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 37 – Para cada uma das atividades setoriais da ACPB será criadas uma comissão composta pelas filiadas e elaborado um regulamento que para Ter validade deverá ser aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 38 – Este Estatuto Social poderá ser reformado no todo ou em parte, mediante de liberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária convocada e especialmente para essa finalidade.

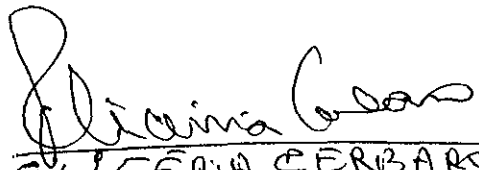
Art. 39 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral agindo de acordo com a legislação vigente e os princípios que nortearam a ACPB no decorrer de sua existência.

Art. 40 – O presente Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada nesta data.

PATO BRANCO, JUNHO DE 2000.



Reny Girardi de Lima
Presidente



CLÉCIA CERBARO
DABIPA. 23.477

REGISTRO

Comarca de Pato Branco - PR

Ao Cartório de Títulos e Documentos

Registro n.º

2356/00

Em,

15/ AGO 2000

DIRSO ANTONIO VERONESE
DISTRIBUIDOR